



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 8.068, DE 2017**

**(Do Sr. Chico D'Angelo)**

Institui o Dia Nacional do Jongo.

**DESPACHO:**

DEVOLVA-SE A PROPOSIÇÃO, POR CONTRARIAR O DISPOSTO NO ART. 2º DA LEI 12.345/2010, COM BASE NO ART. 137, §1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. OFICIE-SE AO AUTOR E, APÓS, PUBLIQUE-SE.

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Dia Nacional do Jongo, que será comemorado, anualmente, em 26 de julho em todo território nacional.

**Art. 2º** As normas regulamentadoras determinarão as atividades a serem desenvolvidas em decorrência dessa data.

**Art. 4º-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

O jongo, ou caxambu, é um ritmo que teve suas origens na região africana do Congo-Angola. Chegou ao Brasil-Colônia com os negros de origem bantu trazidos como escravos para o trabalho forçado nas fazendas de café do Vale do Rio Paraíba, no interior dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. A demanda por mão-de-obra para o trabalho na mineração e nas fazendas de café intensificou o tráfico negroiro.

Com a decadência econômica de outras regiões do país, uma massa imensa de escravos imigrou para o Sudeste onde, em alguns momentos, mais da metade da população era formada por africanos, a maioria de ascendência bantu. A influência da nação bantu foi fundamental na formação da cultura brasileira. Para acalmar a revolta e o sofrimento dos negros com a escravidão e distrair o tédio dos brancos, os donos das isoladas fazendas de café permitiam que seus escravos dançassem o jongo nos dias dos santos católicos. Para esses negros africanos e seus filhos, o jongo era um dos únicos momentos permitidos de trocas e confraternização. O jongo é uma dança para o divertimento, mas uma atitude religiosa permeia a festa.

Antigamente, só os mais velhos podiam entrar na roda. Os jovens ficavam de fora observando. Os antigos eram muito rígidos com os mais novos e exigiam muita dedicação e respeito para ensinar os segredos ou "mirongas" do jongo e os fundamentos dos seus pontos.

O jongo influenciou decisivamente o nascimento do samba no Rio de Janeiro. No início do século 20 o jongo era o ritmo mais tocado no alto das primeiras favelas pelos fundadores das escolas de samba antes mesmo do samba nascer e se popularizar. Os antigos sambistas da velha guarda das escolas de samba realizavam rodas de jongo em suas casas. Nessas festas visitavam-se uns aos outros, recebendo também jongueiros do interior. Os versos do partido-alto e do samba de terreiro são inventados na hora pelo improvisador. Esse canto de improviso nasceu das rodas de jongo.

A umbigada, que na língua quimbundo se chama "semba", originou o termo samba e também faz parte do samba primitivo. A "mpwita", instrumento congo-angolano presente no jongo, é a avó africana das cuícas das baterias das escolas de samba.

O jongo, por ser uma festa de divertimento, mas com aspectos místicos, fez com que a dança se restringisse aos ambientes familiares. Por isso, ao contrário do samba, que logo conseguiu hegemonia nacional, acabou sendo pouco divulgado.

O fato do jongo ser praticado apenas por idosos e proibido para os mais jovens foi outro fator que levou a dança a um processo acelerado de extinção. O jongo é um patrimônio cultural do país presente na região Sudeste predominantemente no estado do Rio de Janeiro e é considerado um dos pais do samba.

Uma das maiores contribuições dos negros para a cultura do Brasil influenciou decisivamente a formação da música popular brasileira. A cidade do Rio de Janeiro, especificamente o alto dos morros cariocas, foi o local onde a dança mais se concentrou depois da escravidão.

O fim da escravidão não acabou com as injustiças praticadas contra os negros. Os ex-escravos e seus descendentes não receberam um pedaço de terra para continuar trabalhando na agricultura. Assim, foram obrigados a migrar para a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, em busca de melhores oportunidades. No início do século, o Rio de Janeiro já sofria com a especulação imobiliária.

As obras de demolição do centro colonial da cidade, empreendidas pela nova política de "embelezamento" à moda francesa e "sanitarização", expulsaram a população pobre dali para o alto dos morros, até então desabitados devido ao difícil acesso, inaugurando uma nova forma de moradia: as favelas.

A chegada dessa população do Vale do Rio Paraíba fez com que o Rio de Janeiro se tornasse a região do Brasil com maior concentração de jongueiros. Apesar da mudança para a cidade, essas famílias negras continuaram a dançar o jongo em seus novos redutos como os morros de São Carlos, Salgueiro, Mangueira, e, sobretudo na Serrinha. Assim, graças à memória desses antigos jongueiros, foi possível reviver o passado das fazendas.

Por volta de 1930, devido ao estreito contato com a vida urbana, aos novos modismos e à morte dos jongueiros idosos, o jongo foi aos poucos desaparecendo dos morros cariocas. No entanto, a Serrinha, localizada na periferia, isolada da parte central da cidade, como se fosse uma "roça" afastada, pôde preservar a cultura afro-brasileira tradicional.

A vida dos moradores desse morro do subúrbio de Madureira continuou bem parecida com a dos tempos das fazendas. As cachoeiras, os bambuzais, os animais selvagens, as casas de pau-a-pique, o candeieiro e o ferro a brasa continuaram a fazer parte do dia-a-dia. O espírito festivo dos moradores e a consciência da importância de se preservar a cultura negra foram fundamentais para a formação desse núcleo de famílias-artistas.

As ladainhas, os blocos de carnaval, os pastoris, o samba de partido-alto, o calango e o jongo da Serrinha ficaram famosos, atraindo a visita de intelectuais, políticos e artistas do outro lado da cidade para suas rodas de samba e festejos. Seus moradores lideraram movimentos negros e de luta popular, como a fundação do primeiro sindicato do Brasil, o do Cais da Estiva, onde muitos deles trabalhavam e a fundação das primeiras escolas de samba.

A partir da década de 60, muitos velhos jongueiros da Serrinha foram morrendo e, mesmo naquela comunidade, as rodas de jongo começaram a se extinguir. Preocupados com isso, Mestre Darcy Monteiro e sua família convidaram as antigas jongueiras Vovó Teresa, Djanira, Tia Maria da Grotta e Tia Eulália para formar o grupo artístico Jongo da Serrinha e quebraram o tabu que impedia as crianças de participarem do jongo.

O grupo "Jongo da Serrinha" foi criado no fim da década de 60 pelo Mestre Darcy Monteiro, o "Mestre Darcy do Jongo" e sua família. Ao perceberem que o último núcleo de jongo da cidade estava morrendo, eles decidiram transformar as rodas informais da comunidade em ensaios artísticos como forma de estratégia de preservação da tradição.

Assim a dança antiga foi levada do fundo dos quintais para os palcos. Foram 30 anos de trabalho árduo na divulgação do ritmo que fez do Jongo da Serrinha uma forte referência de cultura afro-carioca. Devido à criação do grupo três gerações da comunidade aprenderam o jongo na casa da Vovó Maria Joana Rezadeira, mãe de Mestre Darcy. Atualmente, as rodas de jongo da Serrinha acontecem na casa da antiga jongueira Tia Maria da Grotta, formadas pelas crianças que brincam no seu quintal e pelos netos da Vovó Maria Joana, todos remanescentes do grupo original.

Em 2000 foi criada a associação Grupo Cultural Jongo da Serrinha que tem a missão de divulgar e preservar o patrimônio cultural do jongo e desenvolver um trabalho de educação e de capacitação profissional de jovens do morro e comunidades vizinhas que sofrem com a violência e o subemprego. Para isso foi inaugurado no alto do morro o Centro Cultural Jongo da Serrinha onde foi criada a Escola de Jongo que utiliza a cultura afro como base para um trabalho de arte-educação e resgate da auto-estima da população local. A estratégia principal do grupo é produzir espetáculos artísticos baseados nas tradições afro-brasileiras gerando renda para os moradores.

O Grupo Cultural está ampliando o incrível potencial de cultura afro-brasileira da região de Madureira criando o Corredor Cultural da Serrinha, que tem como objetivo atrair visitantes interessados no turismo étnico para rodas de jongo e samba, transformando a comunidade centenária numa alternativa cultural da cidade do Rio de Janeiro.

O grupo está elaborando também a construção do Centro de Memória da Serrinha, que irá capacitar os jovens do local para reunião do acervo audiovisual existente sobre a comunidade e produção de novos registros, disponibilizando aos moradores e visitantes um acervo sobre o jongo e cultura popular.

O Grupo Cultural Jongo da Serrinha participa anualmente da organização do Encontro de Jongueiros que reúne 14 comunidades que ainda praticam o jongo e está articulando junto às lideranças desses grupos à criação da Rede de Memória do Jongo, que irá intensificar o intercâmbio entre as comunidades jongueiras e uni-las politicamente, buscando a promoção social das mesmas.

Em 2001 o Jongo da Serrinha começou a prestar consultoria para técnicos ligados ao Ministério da Cultura no processo de tombamento do jongo como bem imaterial do país, patrimônio histórico nacional. Desde 2005, esta dança africana é considerada patrimônio imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O Jongo, dança comunitária herdada dos escravos angolanos de origem bantu, poderá ser comemorado todos os anos em data especial no Brasil, por meio do presente Projeto de Lei que instituirá o 26 de julho, como o Dia Nacional do Jongo. A data foi escolhida por ser dia de Nanã, padroeira desta importante manifestação cultural africana na Umbanda.

Sala das Sessões, em 11 de julho de 2017.

**Deputado CHICO D'ANGELO**  
**PT/RJ**

**FIM DO DOCUMENTO**